

# SUMÁRIO

|                        |           |
|------------------------|-----------|
| <b>Capítulo 1</b>      |           |
| <b>INTRODUÇÃO.....</b> | <b>25</b> |

## PRIMEIRA PARTE UMA ANÁLISE HISTÓRICA

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Capítulo 2</b>   |           |
| <b>DAS ORDENAÇÕES FILIPINAS AO DECRETO 763,<br/>DE 19 DE SETEMBRO DE 1890 .....</b> | <b>31</b> |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Capítulo 3</b>  |           |
| <b>DO DECRETO 763, DE 19 DE SETEMBRO DE 1890,<br/>AO CÓDIGO DO PROCESSO DO ESTADO DA BAHIA .....</b> | <b>47</b> |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Capítulo 4</b>  |           |
| <b>A REGULAMENTAÇÃO NO CÓDIGO DO PROCESSO<br/>DO ESTADO DA BAHIA .....</b> | <b>55</b> |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Capítulo 5</b>                         |           |
| <b>A REGULAMENTAÇÃO NO CPC/1939 .....</b> | <b>65</b> |

|         |   |    |
|---------|---|----|
| 5.1     | CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS DO JUIZ.....   | 65 |
| 5.1.1   | Despachos interlocutórios, decisões terminativas e<br>decisões definitivas..... | 65 |
| 5.1.2   | A natureza jurídica do despacho saneador .....                                  | 71 |
| 5.1.2.1 | A fase saneadora.....   | 71 |
| 5.1.2.2 | A natureza jurídica do despacho saneador.....                                   | 77 |
| 5.2     | A RECORRIBILIDADE DOS DESPACHOS INTERLOCUTÓRIOS .....                           | 80 |
| 5.2.1   | Considerações gerais.....   | 80 |
| 5.2.2   | O agravo de petição.....  | 81 |
| 5.2.3   | O agravo de instrumento.....  | 83 |
| 5.2.3.1 | As hipóteses de cabimento do agravo de<br>instrumento.....                      | 83 |

|         |   |     |
|---------|---|-----|
| 5.2.3.2 | Problemas decorrentes da enumeração do art. 842 do CPC/1939 ..... | 97  |
| 5.2.4   | O agravo no auto do processo.....                                 | 101 |
| 5.2.5   | As preclusões e os despachos interlocutórios .....                | 104 |

**Capítulo 6**

**A REGULAMENTAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 ..... 109**

|         |  |     |
|---------|--|-----|
| 6.1     | CONSIDERAÇÕES GERAIS.....  | 109 |
| 6.2     | CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS DO JUIZ.....  | 110 |
| 6.2.1   | Classificação dos atos do juiz até a Lei n. 11.232/2005.....                       | 110 |
| 6.2.1.1 | Considerações gerais.....  | 110 |
| 6.2.1.2 | O conceito de sentença.....  | 112 |
| 6.2.1.3 | Os conceitos de decisões interlocutórias e despachos .....                         | 114 |
| 6.2.1.4 | Propostas para a distinção entre as decisões interlocutórias e os despachos .....  | 121 |
| 6.2.2   | Classificação dos atos do juiz após a Lei n. 11.232/2005.....                      | 129 |
| 6.3     | A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS .....                               | 137 |
| 6.3.1   | Considerações gerais.....  | 137 |
| 6.3.2   | O cabimento dos agravos até a Lei n. 9.139/1995 .....                              | 139 |
| 6.3.3   | O cabimento dos agravos entre a Lei n. 9.139/1995 e a Lei n. 10.352/2001 .....     | 140 |
| 6.3.4   | O cabimento dos agravos entre a Lei n 10.352/2001 e a Lei n. 11.187/2005 .....     | 142 |
| 6.3.5   | O cabimento dos agravos após a Lei n. 11.187/2005 .....                            | 147 |
| 6.4     | OUTRAS QUESTÕES CONTROVERSAS .....   | 155 |
| 6.4.1   | A natureza jurídica e a recorribilidade das decisões parciais de mérito .....      | 155 |
| 6.4.2   | A natureza jurídica e a recorribilidade da decisão em liquidação de sentença ..... | 160 |
| 6.5     | AS PRECLUSÕES E AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS.....                                   | 164 |

**SEGUNDA PARTE**  
**O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015**

**Capítulo 7**

**CONSIDERAÇÕES GERAIS ..... 171**

**Capítulo 8**

|   |            |
|---|------------|
| <b>OS PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ .....</b>                                   | <b>175</b> |
| 8.1 SENTENÇAS E DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS.....                             | 175        |
| 8.2 DESPACHOS.....  | 183        |
| 8.3 ACÓRDÃOS E DECISÕES MONOCRÁTICAS .....                                | 191        |
| 8.4 SISTEMATIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES DOS<br>PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ..... | 195        |
| 8.4.1 Considerações gerais.....   | 195        |
| 8.4.2 Classificação de acordo com a função processual.....                | 195        |
| 8.4.3 Classificação de acordo com a carga decisória .....                 | 195        |
| 8.4.4 Classificação de acordo com o órgão prolator .....                  | 196        |
| 8.4.5 Conjugação das classificações e os pronunciamentos do juiz ..       | 196        |

**Capítulo 9**

|  |            |
|--|------------|
| <b>AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS RECORRÍVEIS AO FINAL.....</b>   | <b>197</b> |
| 9.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....  | 197        |
| 9.2 ALGUMAS CRÍTICAS À OPÇÃO LEGISLATIVA PELA<br>RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS<br>AO FINAL.....   | 203        |
| 9.3 UMA RESSALVA NECESSÁRIA: AS DECISÕES<br>INTERLOCUTÓRIAS SUJEITAS A RECURSO ORDINÁRIO<br>CONSTITUCIONAL ..... | 206        |
| 9.4 DA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES<br>INTERLOCUTÓRIAS EM “PRELIMINAR DE APELAÇÃO” .....                         | 206        |
| 9.5 DA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES<br>INTERLOCUTÓRIAS EM “CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO”.....                        | 208        |
| 9.6 O PROBLEMA DO TERCEIRO INTERESSADO E DO<br>MINISTÉRIO PÚBLICO ATUANDO COMO FISCAL DA<br>ORDEM JURÍDICA ..... | 214        |
| 9.7 A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS<br>AO FINAL E A REMESSA NECESSÁRIA.....                       | 216        |
| 9.8 OUTRAS QUESTÕES PROBLEMÁTICAS .....  | 224        |
| 9.8.1 A intimação do art. 10, o silêncio da parte e a<br>recorribilidade da decisão interlocutória .....         | 224        |
| 9.8.2 A recorribilidade da decisão interlocutória com capítulos,<br>nem todos apeláveis ou agraváveis .....      | 225        |
| 9.8.2.1 Breves considerações sobre a teoria dos capítulos<br>de sentença, segundo Cândido Rangel Dinamarco .     | 225        |
| 9.8.2.2 A recorribilidade da decisão interlocutória com<br>capítulos, nem todos apeláveis ou agraváveis.....     | 227        |

|         |   |     |
|---------|---|-----|
| 9.8.3   | A estabilidade da decisão de saneamento e organização do processo.....                                    | 229 |
| 9.8.4   | A recorribilidade das decisões interlocutórias ao final e as “nulidades relativas” .....                  | 239 |
| 9.8.4.1 | Classificação dos defeitos dos atos processuais .....   | 239 |
| 9.8.4.2 | A recorribilidade das decisões interlocutórias ao final e as “nulidades relativas”.....                   | 244 |
| 9.8.5   | As decisões interlocutórias anteriores à resolução parcial do processo (com ou sem exame do mérito) ..... | 246 |
| 9.8.6   | As preclusões e a ausência de recurso contra as decisões interlocutórias não agraváveis .....             | 250 |

## Capítulo 10

### AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS AGRAVÁVEIS..... 255

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| 10.1       | CONSIDERAÇÕES GERAIS .....   | 255 |
| 10.2       | AS HIPÓTESES DE CABIMENTO EXPRESSAS .....  | 256 |
| 10.2.1     | Tutelas provisórias .....  | 256 |
| 10.2.1.1   | Considerações gerais.....  | 256 |
| 10.2.1.2   | A recorribilidade da decisão interlocutória sobre tutela provisória.....               | 260 |
| 10.2.1.3   | A postergação da decisão sobre a tutela provisória requerida.....                      | 262 |
| 10.2.1.4   | A tutela antecipada requerida em caráter antecedente e a ausência de “recurso” .....   | 263 |
| 10.2.1.5   | O reexame da decisão estabilizada nos termos do art. 304 .....                         | 269 |
| 10.2.2     | Mérito do processo.....  | 270 |
| 10.2.2.1   | As decisões interlocutórias de mérito recorríveis por agravo de instrumento.....       | 270 |
| 10.2.2.2   | As decisões interlocutórias que rejeitam a alegação de prescrição e de decadência..... | 273 |
| 10.2.2.3   | Efeitos do agravo de instrumento e sustentação oral .....                              | 278 |
| 10.2.3     | Rejeição da alegação de convenção de arbitragem.....                                   | 282 |
| 10.2.3.1   | Considerações gerais.....  | 282 |
| 10.2.3.2   | Justificativas possíveis para a recorribilidade imediata .....                         | 284 |
| 10.2.3.2.1 | A regra da competência-competência do juízo arbitral.....                              | 284 |

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| 10.2.3.2.2 | Outras justificativas possíveis para a recorribilidade imediata .....  | 289 |
| 10.2.3.3   | Hipóteses “semelhantes” .....  | 291 |
| 10.2.4     | Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....   | 295 |
| 10.2.4.1   | Considerações gerais .....   | 295 |
| 10.2.4.2   | A recorribilidade da decisão interlocutória que julga o incidente de desconsideração da personalidade jurídica ..... | 299 |
| 10.2.5     | Rejeição do pedido de gratuidade de justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação .....                          | 303 |
| 10.2.5.1   | Considerações gerais .....   | 303 |
| 10.2.5.2   | A recorribilidade das decisões interlocutórias sobre gratuidade de justiça .....                                     | 309 |
| 10.2.6     | Exibição ou posse de documento ou coisa .....  | 313 |
| 10.2.6.1   | Considerações gerais .....   | 313 |
| 10.2.6.2   | A recorribilidade da decisão interlocutória sobre exibição de documento ou coisa .....                               | 320 |
| 10.2.7     | Exclusão de litisconsorte .....  | 323 |
| 10.2.8     | Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio .....  | 326 |
| 10.2.8.1   | Considerações gerais .....   | 326 |
| 10.2.8.2   | A recorribilidade da decisão interlocutória sobre a limitação do litisconsórcio .....                                | 331 |
| 10.2.9     | Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros .....   | 334 |
| 10.2.9.1   | Considerações gerais .....   | 334 |
| 10.2.9.2   | Assistência .....  | 335 |
| 10.2.9.3   | Denúnciação da lide .....  | 339 |
| 10.2.9.4   | Chamamento ao processo .....   | 342 |
| 10.2.9.5   | <i>Amicus curiae</i> .....   | 344 |
| 10.2.9.6   | Alienação da coisa ou direito litigioso por ato entre vivos .....  | 347 |
| 10.2.9.7   | Alteração do polo passivo (arts. 338 e 339) .....  | 348 |
| 10.2.9.8   | Reconvenção .....  | 349 |
| 10.2.9.9   | Habilitação .....  | 350 |
| 10.2.9.10  | Recurso interposto pelo terceiro prejudicado .....   | 352 |
| 10.2.10    | Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução .....                               | 353 |
| 10.2.11    | Redistribuição do ônus probatório .....  | 356 |
| 10.2.11.1  | Considerações gerais .....   | 356 |

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| 10.2.11.2 | A recorribilidade das decisões interlocutórias sobre redistribuição do ônus probatório.....  | 359 |
| 10.2.12   | Outros casos previstos em lei.....   | 363 |
| 10.2.12.1 | Resolução parcial do processo (com ou sem exame do mérito) .....   | 363 |
| 10.2.12.2 | A hipótese do art. 1.037, § 13, I, do CPC/2015 .....   | 365 |
| 10.2.12.3 | Hipóteses previstas em legislações extravagantes ....  | 368 |
| 10.2.13   | Liquidação .....   | 370 |
| 10.2.13.1 | Considerações gerais.....  | 370 |
| 10.2.13.2 | Agravo de instrumento contra decisão em liquidação .....   | 372 |
| 10.2.14   | Cumprimento de sentença .....  | 375 |
| 10.2.15   | Execução .....   | 378 |
| 10.2.16   | Inventário .....   | 380 |
| 10.3      | A (SUPOSTA) TAXATIVIDADE DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015.....   | 383 |
| 10.3.1    | Uma breve lembrança histórica: problemas decorrentes da taxatividade das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento no CPC/1939 ..... | 383 |
| 10.3.2    | A (suposta) taxatividade do rol do art. 1.015 do CPC/2015.....   | 384 |
| 10.3.3    | A regra geral supletiva ao art. 1.015 do CPC/2015 .....  | 387 |
| 10.3.4    | Em defesa do caráter exemplificativo do rol do art. 1.015 do CPC/2015 .....  | 390 |
| 10.3.5    | O STJ e a (suposta) taxatividade do rol do art. 1.015 .....  | 394 |
| 10.3.5.1  | A “taxatividade mitigada” e o tema 988 dos recursos especiais repetitivos.....   | 394 |
| 10.3.5.2  | A “taxatividade mitigada” e as ideias defendidas neste livro .....   | 400 |
| 10.3.5.3  | A modulação dos efeitos da tese fixada pelo STJ .....  | 402 |
| 10.3.5.4  | A preclusão e as hipóteses agraváveis não previstas no art. 1.015 .....  | 403 |
| 10.3.5.5  | A aplicação da tese a casos concretos .....  | 403 |
| 10.3.5.6  | Os votos vencidos.....   | 405 |
| 10.4      | ESTABILIDADES E DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS AGRAVÁVEIS .....  | 407 |

## Capítulo 11

|                 |     |
|-----------------|-----|
| CONCLUSÃO ..... | 409 |
|-----------------|-----|

|                                  |     |
|----------------------------------|-----|
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... | 415 |
|----------------------------------|-----|